

## **DOCUMENTAÇÃO CIVIL E JUVENTUDE RURAL**

Débora Cavalcanti dos Santos – UFPE

Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro – UFPE

Com o advento da modernidade a nossa palavra não basta para atestar que somos quem dizemos ser, desta forma, ter documentos tornou-se indispensável. Estes servem como provas e estão presentes desde o nascimento até a nossa morte. No Brasil, não ter documentos significa não usufruir de direitos sociais, políticos e civis, significa não ter acesso à saúde, educação escolar, previdência social, etc.

Quando se fala da população que reside no campo, podemos perceber que esta sofre ainda mais com as exigências documentais para participar das políticas sociais. Por viverem em sociedade do interconhecimento, onde todos se conhecem e as relações são face a face (WANDERLEY, 2009) e a documentação civil não ter ainda se constituída como estratégia política no jogo das relações de poder, grandes segmentos das populações rurais não possuíam documentação civil.

Sendo assim é fato a diferença entre gerações, entre o/a jovem de hoje e o de outrora. O/a jovem de hoje está inserido/a em um novo cenário do campo. Estudos falam de novas ruralidades, uma nova reconfiguração espacial do campo, em que o/a trabalhador/a exerce agora pluriatividades, dividindo-se entre o seu roçado e alguma outra ocupação, entre o rural e o urbano. Muitos moram no campo, mas trabalham na cidade ou vice-versa. Os/as jovens saem para estudar na cidade, mas visitam o campo e/ou voltam ao término dos estudos. E nesse trânsito, entre o mundo urbano e o rural, ter documentos é fundamental, pois novas exigências têm surgido. Diante disto o objetivo deste trabalho é analisar as diferenças geracionais nos motivos pelos quais os/as jovens não possuem documentação e nos motivos pelos quais eles/as buscam obter os documentos.

### **1. DOCUMENTAÇÃO CIVIL: DO QUE ESTAMOS FALANDO**

Temos nas sociedades modernas ocidentais a consolidação dos documentos como essenciais. Estes se tornam nossos companheiros de vida, estão presentes desde o nascimento até a morte, assinalando tanto os momentos ruins quanto os bons de nossa existência, quando conquistamos um emprego ou quando o perdemos, nos casamos ou nos separamos, quando compramos uma casa, quando nos aposentamos, quando temos filhos, etc. Os documentos estão sempre nos acompanhando, testemunhando os fatos. Eles são imprescindíveis porque possuem um caráter probatório para a nossa identificação, já que no mundo moderno a nossa palavra é insuficiente para atestar que somos quem dizemos ser (PEIRANO, 2009).

Nome, endereço, filiação, data de nascimento, profissão, idade, tipo sanguíneo, foto, etc., são algumas informações que um documento pode conter, o que nos permite imaginar, supor, caracterizar o seu portador. Por isso, DaMatta (2002) diz que os documentos têm, dentre outros, um significado emocional nestas sociedades, porque eles, de certa forma, constituem a subjetividade de quem os possui, a medida que dizem quem é aquele indivíduo, de onde ele veio, etc. Os documentos realmente têm “[...] sentido, valor e vida própria.” (PEIRANO, 2009)

Desta forma, os documentos nos expõem ao público, à medida que nos dão visibilidade, nos tirando do anonimato, nos submete, ao mesmo tempo, a um constante controle externo. Em compensação, em algumas situações estes podem nos trazer uma maior autonomia e privilégios, considerando-os como um “[...] veículo que materializa o lugar que ocupamos e o que somos no sistema, estabelecendo os nossos direitos e deveres, os nossos limites e, obviamente, o nosso poder, autoridade e prestígio” (DAMATTA, 2002).

Um exemplo, do que foi falado anteriormente, é quando um sujeito usa do seu *status* e prestígio social para tirar vantagens em alguma situação, como um policial que é parado em uma *blitz* e que é deixado passar por seus companheiros pelo fato de mostrar sua carteira de policial. É por isso que DaMatta (2002) também fala que “[...] os documentos milagrosamente compartimentalizam, separam e distinguem pessoas, restabelecendo hierarquias [...]”

Segundo Foucault (1986), desde o século XVIII vivemos na era da governamentalidade, que para ele quer dizer três coisas

- 1- o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos, e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política por instrumentos técnicos e essenciais – os dispositivos de segurança.
- 2- a

tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3- o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado. (p. 291 -202)

Vive-se também uma governamentalização do Estado, um Estado de governo, em que o gerenciamento da população é a principal finalidade deste novo Estado. Governar terá como meta “[...] melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc.” (p. 289).

O nascimento desse novo Estado remete também ao surgimento de novas táticas e mecanismos de governo da população, das continuidades e descontinuidades desta, e com isso há um desbloqueio da arte de governar.

Essas artes incluem, em sua máxima extensão, o estudo do governo de si (ética), o governo dos outros (as formas políticas de governamentalidade) e as relações entre governo de si e governo dos outros. Nesse campo, estariam incluídos: o cuidado de si, as diferentes formas de ascese (antiga, cristã), o poder pastoral (a confissão, a direção espiritual), as disciplinas, a biopolítica, a polícia, a razão do estado, o liberalismo. (CASTRO, 2009)

A partir do século XVII, ocorreu uma série de transformações nas tecnologias de poder sobre a população. Surge uma nova técnica de poder que “[...] não é individualizante, mas que é massificante, que se faz em direção não do homem corpo mas do homem espécie” (FOUCAULT, 1999), a biopolítica. Compreende-se a eficácia do poder sobre a vida, *fazer viver e deixar morrer*, em oposição ao poder soberano, *fazer morrer e deixar viver*, a partir de uma nova tecnologia: o biopoder.

A biopolítica lida com a população em seus amplos aspectos, natalidade, mortalidade, longevidade, incapacidades biológicas, etc., extraindo destes aspectos o seu saber para definir o campo de atuação de seu poder (p. 292). Portanto, podemos compreender os documentos como um mecanismo de poder, um dispositivo biopolítico, que permite ao Estado controlar, regular a população e conhecê-la para exercer seu poder sobre ela.

## 2. O MUNDO RURAL E AS “NOVAS RURALIDADES”

O debate acadêmico sobre os conceitos de urbano e rural é antigo, porém podemos perceber em tempos hodiernos que novos elementos e significados surgiram no debate. O conceito tradicional que colocava um fosso entre o rural e o urbano, o primeiro visto como sinônimo do atraso, da rusticidade, e o segundo como o lugar do progresso e da modernidade, tem sido ultrapassado por diálogos que perpassam esses dois mundos, colocando-os em constante comunicação, numa relação de interdependência.

Essa dualidade perdurou por décadas no Brasil, porém, hoje parece existir um novo olhar sobre o rural, em que antes se buscava cada vez mais a sua urbanização hoje busca-se a sua preservação, como um espaço de soluções e não de problemas. No presente alguns intelectuais como Maria de Nazareth Wanderley (2000) têm utilizado a corrente do “*continuum* urbano-rural” para pensar a relação rural-urbano sem excluir suas particularidades, considerando a sua dinâmica social interna.

O conceito de *continuum* rural-urbano permite identificar a proximidade e a continuidade espacial entre o meio rural e o urbano, e reforça a constituição de identidades referidas às diferenças espaciais e o sentimento de pertencimento ao meio rural. (WANDERLEY, 2000, p.107)

Angela Ferreira (2002) nos fala um pouco mais como se deu essas metamorfoses no rural brasileiro. A autora fala que no final dos anos de 1960, nos países de capitalismo avançado, e no início da década de 1980 no Brasil, apregoava-se o desaparecimento acelerado do rural. Ela enumera quatro pontos que estavam relacionados com a ideia desse declínio:

- 1- O esvaziamento demográfico dos espaços rurais;
- 2- A diminuição da participação da agricultura no PIB e do aumento da agroindustrialização do campo;
- 3- A ampliação do modelo de empresa moderna no campo e a proletarização de grupos rurais;
- 4- E um sentido de desqualificação do rural frente a generalização da cultura urbana.

Apenas a partir dos anos de 1990 que o rural começou a ser visto em suas potencialidades e como um espaço de reformas societárias a partir de uma renovação do quadro analítico para dar conta desses novos traços.

As ciências sociais passaram a analisar esse fenômeno falando de novas ruralidades, renascimento rural, reconstrução da ruralidade, novo rural, emergência de novos atores sociais rurais, espaços rurais como territórios do futuro. (FERREIRA, 2002, p. 30-31)

Vale ressaltar a importância dos movimentos sociais rurais, que ganharam força neste período, e questionam a agricultura moderna que é posta no campo. Os movimentos contribuem para a “[...] revalorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida, que se expressa na retomada da reivindicação pela permanência ou retorno à terra.” (WANDERLEY, 2009, p. 308).

Outro fator importante para pensarmos, evidenciado por Ferreira(2002), são as especificidades do processo de reconstrução de ruralidades no Brasil que se diferenciam dos países de capitalismo avançado.

Nestes países, o rural é considerado dissociado da agricultura, embora configurado com a agricultura; e visto, também como pluriativo e como espaço residencial para não-agricultores; é revalorizado como espaço de lazer, paisagem e como centro dos embates em torno de questões ambientais.

**Já no caso brasileiro, a agricultura é que define o espaço rural.**<sup>1</sup> [...] Os agricultores brasileiros estão pondo em prática uma grande diversidade de estratégias de reprodução social – entre elas, a luta pela terra – que dão certo sentido à nova ruralidade em construção no país. Os demais processos observados naqueles países também existem no Brasil, mas aqui ainda são incipientes. (FERREIRA, 2002, p. 41).

A forma como se entende o que é o rural e o que é urbano no país, também corrobora para a discrepância entre o rural brasileiro e o de países de capitalismo avançado. Considera-se no Brasil que mais de 80% da sua população reside em áreas urbanas, porém o autor José Eli da Veiga (2002) desmistifica, em seus estudos, esta concepção. Este autor fala que no Brasil compreende-se como área urbana “[...] toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características” (p. 31-32). Esta noção torna o Brasil mais urbano do que é na realidade, pois toda sede de município, independente do número de pessoas residentes, é considerada urbana, isso inclui terras indígenas, quilombolas, etc., e trazem prejuízos no modo como os programas e projetos sociais são pensados e em como a população consegue acessá-los (VEIGA, 2002).

---

<sup>1</sup> Grifos das autoras.

Em suma, podemos observar a existência de uma revalorização do rural que tem gerado uma movimentação entre territórios urbanos e rurais. O rural volta a ser um ideal de vida, uma paisagem ecológica e cultural com representação específica de pertencimento, de desejo e de projetos de vida. Um espaço de vida e de trabalho que precisa de condições físicas, econômicas, etc., para que as pessoas possam morar no campo e dele tirar seu sustento.

### **3. O DESENVOLVER METODOLÓGICO**

A metodologia deste estudo é qualitativa e utilizou como principal instrumento a análise de 14 entrevistas com homens e mulheres, jovens e adultos/as, residentes do município de Calumbi-PE, que viveram por muito tempo sem nenhum documento e que tiraram seu primeiro documento, o Registro Civil de Nascimento, tardiamente. As entrevistas foram realizadas em 2009 pelo projeto de pesquisa “Gênero, pobreza e documentação civil em Pernambuco” (CNPQ/FACEPE). Todos os nomes próprios utilizados aqui são fictícios.

#### **3.1. O MUNICÍPIO ESTUDADO**

O município de Calumbi está situado na mesorregião do sertão de Pernambuco, na microrregião do Pajeú, limitando-se geograficamente, ao norte com os municípios de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde, ao sul com Betânia, a leste com Flores, e a oeste com Serra Talhada. Administrativamente, é formado pelo distrito sede e pelos povoados de Tamborilzinho e Roças Velhas. O acesso pode ser feito a partir da BR-232.

As atividades econômicas do município giram em torno da agricultura – com lavouras temporárias de algodão herbáceo, feijão, mandioca e milho e a lavoura permanente de algodão arbóreo e banana. Além da prática da pecuária, com a criação de aves, gado bovino, caprino, ovino e suíno.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), Calumbi possui 5.648 habitantes, dentre os quais 2.722 são homens e 2.926 são mulheres. A maioria da população do município habita em área rural, que acomoda 3.470 pessoas, enquanto que a área urbana é ocupada por 2.181.

Segundo o Atlas de desenvolvimento Humano/PNUD (2000), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Calumbi era de 0,585, o mais baixo dentre os municípios do Pajeú. Pode-se compreender este IDH abaixo da média se aforem analisados alguns determinantes para um bom desenvolvimento humano e bem-estar, tais como: renda, educação e longevidade.

A renda per capita da população em 2000 (IBGE) era de R\$67,29, sendo muito baixa se comparada com a de Recife, capital do estado de Pernambuco, que em 2000 tinha uma renda per capita de R\$ 392,43, o que simboliza o baixo grau de desenvolvimento do município.

Em 2000, a cidade possuía a maior taxa de analfabetismo dentre os municípios do Sertão do Pajeú, com 48,58% da população analfabeta. A expectativa de vida ao nascer, neste mesmo ano, era de 0,6 em uma escala de 0 a 1, encontrando-se na média dentre os municípios do Pajeú. Quanto à saúde, Calumbi dispõe de 6 estabelecimentos de saúde (SUS), todos eles municipais, em que apenas um está especializado para internações, com dezenove leitos (IBGE, 2009).

Ou seja, a falta de uma educação de qualidade, que é extremamente importante na formação e desenvolvimento humano, a precariedade no acesso à saúde, a pobreza, a falta de investimentos governamentais no município, dentre outros fatores, justificam um IDH abaixo da média.

#### **4. A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO BRASILEIRO E OS MOTIVOS APRESENTADOS POR HOMENS E MULHERES DE DISTINTAS FAIXAS ETÁRIAS PARA A AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS**

Como vimos, desde os anos de 1990 nota-se o surgimento de “novas ruralidades”, todavia outro fator também tem colaborado de forma significativa, desde a aprovação da Constituição de 1988, para uma reconfiguração dos espaços rurais, que é o processo de descentralização política, econômica e administrativa do Estado brasileiro. Com este processo o Estado passa a estar muito mais presente através da descentralização das ações governamentais, que eram absolutamente centralizadas e que agora são delegadas aos estados e municípios. Há uma comunicação direta entre o governo federal e o municipal.

Cristiane Leite (2009) nos fala dos impactos causados pelo processo de municipalização nas relações intergovernamentais. Ela mostra o quanto a relação do Governo federal tem diminuído drasticamente com a esfera intermediária (governo estadual) e aumentado progressivamente com os governos locais (municipais).

Houve, em geral, uma valorização dos municípios na modelagem das políticas sociais. Os pequenos municípios associados ao lugar da privatização das práticas públicas (LEAL, 1978), em que a realidade social era vista nos marcos do latifúndio, da escravidão e do coronelismo, tornaram-se, pós-Constituição de 1988, um lugar de importância por meio da ampliação das suas atribuições administrativas.

Houve grandes mutações no sistema político administrativo nos últimos 40 anos, mutações que impactaram ainda mais a área rural, em que essas transformações de cunho político, que perpassam todos os âmbitos da sociedade, tiveram um impacto muito maior.

Só para exemplificar, o bolsa-família possibilitou que várias famílias saíssem da pobreza extrema. Muitos municípios de pequeno-porte movimentam a sua economia com este benefício recebido pela sua população residente. A população também tem lidado cada vez mais com a burocracia do Estado, principalmente por conta da atual necessidade de utilizar documentos cotidianamente.

Com a maior abrangência dos programas e políticas oferecidas pelo governo, as pessoas se vêm na necessidade de ter documentos. Para usufruir dessas políticas ter documentos, atestando que você é quem diz ser, e que você é cidadão brasileiro, é fundamental.

Desta forma a população do campo que antes não tinha essa necessidade, por conviverem numa sociedade com relações baseadas no interconhecimento, isto é, uma



sociedade “na qual, cada um conhecia todos os demais e conhecia todos os aspectos da personalidade dos outros.” (Jolliivet e Mendras, 1971 apud Wanderley, 2009, p. 161), se vêm agora na urgência de obter documentos, especialmente o Registro de Nascimento.

Podemos perceber isto em algumas falas de entrevistados(as) a seguir, que demonstram como era no passado e como tem sido atualmente.

*“Não. Nesse tempo pra traz era bom. Era bom e num pedia documento” (Chica, 63 anos)*

*“Mas naquele tempo as coisa não tinha até pra escola você num, eu me lembro ? estudei.” (João, 48 anos)*

*“Era mais fácil. ninguém ligava pra isso, todo tempo que chegasse registrava E?” (Aldo, 70 anos)*

*“Agora tem que ter, mas na época que eu viajava não precisava não eu entrava nos ônibus e ia.” (Marilene, 38 anos)*

*“Pra trás a gente não era que nem hoje. Agente não se interessava por negócio de documento, como as pessoas é hoje, né?” (Mariá, 52 anos)*

Sendo assim quando perguntávamos aos/as entrevistados(as) pelos motivos que não tiraram a documentação quando crianças, é nítido a diferença geracional nos discursos. A população acima dos 45 anos argumenta implicitamente que além do “descuido dos pais” eles não tinham documentos porque antes eles não eram tão necessários como se tornaram na atualidade. Já os mais jovens que não possuem documentação, não a têm por conta de algumas eventualidades, como é o caso de Tamires (18 anos), que seus pais são separados e moram distantes um do outro, sendo necessário para a sua inscrição nos registros públicos de nascimento, a presença do pai, ou em caso de ausência uma declaração deste.

## **5. OS MOTIVOS APRESENTADOS POR DISTINTAS FAIXAS ETÁRIAS PARA OBTER A DOCUMENTAÇÃO**

Diante desse novo cenário do campo podemos observar, parafraseando Abramovay (2005), que o/a agricultor/a tem caminhado cada vez mais para o desempenho de pluriatividades, ao passo que estudos têm comprovado a transitoriedade dos/as jovens entre territórios rurais e urbanos. Jovens que estão situados/as no âmago da interação campo-cidade e que são influenciados por esses dois mundos. Interações que trazem mudanças intergeracionais <sup>2</sup>.

Estudos como o de Rosangela Vieira (2006), Elisa de Castro (2006), Maria Carneiro (1998) e Vanda Silva (2002) evidenciam as especificidades de se falar em juventude rural, jovens que estão imersos/as em processos de rupturas e continuidades, entre a modernidade e a tradição familiar.

Castro (2006) mostra em seus estudos o quanto que a circulação dos/as jovens rurais por espaços urbanos está ligada a reprodução familiar, como uma forma de renda extra, bem como pode simbolizar uma maior autonomia dentro da família. Da mesma forma o alistamento militar obrigatório para os homens pode ser sinônimo de um processo de liberdade.

O sair de casa para ir trabalhar em outro serviço que não seja a agricultura (a tradição familiar) traz em si processos de rupturas, da mesma forma que ser cadastrado/a em algum programa social. Sair para trabalhar, estudar e /ou fazer qualquer outra atividade na cidade significa ter acesso ao conjunto de significados de um modo de viver diferente, isso inclui linguagem, comportamentos, outras tecnologias utilizadas no cotidiano, etc. Voltar para casa significa trazer consigo este arsenal de um outro lugar que se choca com o tradicional.

Essa movimentação dos jovens juntamente com a ampliação das políticas sociais no campo, a partir do processo de descentralização do Estado, tem convivido com novas exigências da vida moderna que atingem de forma diferente as pessoas que residem no campo, quando se fala em diferenças geracionais. Como já foi discorrido, um dos símbolos da modernidade é ter documentos, sendo assim, este redimensionamento do rural traz consigo a importância dos documentos. Os documentos paulatinamente vão se tornando cada vez mais necessários no meio rural, diante dos processos de metamorfose deste território. No entanto o

---

<sup>2</sup> Entendemos geração como “[...] uma categoria transitória, cada pessoa sofrendo transições esperadas ao longo do curso da vida.” (SCOTT, 2010, p.27).

que se observa é que os motivos que têm levado essa parcela da população a adquirir seus documentos se diferenciam conforme a faixa etária.

Os mais jovens, que se encontram em circulação, entre o “ficar e o sair” como diria Castro (2006), procuram obter seus documentos principalmente pelos seguintes motivos: para poder estudar; viajar, pois muitos/as migram para trabalhar em outro estado; cumprir com as exigências do Estado, como o alistamento militar obrigatório necessário para tirar a carteira de reservista e assim poder trabalhar; para participar de programas de transferência de renda, como o bolsa-família; utilizar cartões de crédito e fazer transações bancárias; realizar o casamento civil, etc. Já os mais idosos necessitam, em geral, para se aposentarem ou diante de problemas de saúde para usufruir do sistema hospitalar. Podemos ver alguns exemplos nas falas a seguir:

*“[...] Precisou de documento pra tirar cartão bolsa família”  
“[...] Bolsa escola das criança também” (Amanda, 27 anos)*

*Necessita para ir pra São Paulo trabalhar, “A pessoa precisa trabalhar né, fazer uma coisa e outra, é ruim” (Edvaldo, 25 anos)*

*“Ai eu fui e disse oxente e agora, mas ele disse que eu podia tira, ela disse não porque pra você tira você tem que ter seus documentos pra fazer uma ficha pra você. Ai eu conversei com ela falei contei falei a situação da cama dos meninos tinha si quebrado, contei a situação e ela entendeu e falou com o gerente e ele disse: não, pode vende a cama” (Amanda, 27 anos)*

*“Porque pra você se interna no hospital, você tem que ter alguma coisa.” (Pandora, 63 anos)*

*“Porque se ela tivesse o documento tinha se aposentasse cedo, como os outros se aposenta, né?” (Maria, 52 anos)*

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados indicam que com o surgimento de novas ruralidades e com o processo de municipalização que vem ocorrendo desde a Constituição de 1988, os documentos têm assumido cada vez mais um lugar de importância para que a população do campo.

Para a juventude rural que se movimenta entre cenários do urbano e do rural, ter documentos civis refere-se a uma necessidade premente, seja para trabalhar, estudar, viajar, ter acesso a bens e serviços, etc., seja para participar politicamente e ter voz frente ao Estado.

É importante considerar as particularidades da população que vive no campo, sem subjugar a tradição local às vivências e configurações do urbano. Por isso, o uso de documentos civis e o processo para a sua obtenção deve ser pensado no âmbito das discussões sobre novas ruralidades, sem esquecer as diferenças geracionais que trazem limites que não podem ser negligenciados e sim debatidos para que novos atores políticos e uma nova noção de cidadania possa ser produzida no campo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. “Juventude rural: ampliando as oportunidades”, **Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo**. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abril de 2005, Ano 1, nº 1. Online em: <http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>

CARNEIRO, M.J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998

CASTRO, E.G. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias. In: WOORTMANN, E.F.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. (Org.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA, IICA, 2006, p. 245-275.

DIP, Ricardo. **Registros Públicos: A trilogia do camponês de Andorra e outras reflexões**. Campinas: Millennium, 2003.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade. **Estudos Sociais e Agricultura**, nº 18, abril 2002.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Martins Fontes, 1999.

- FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. Martins Fontes, São Paulo, 2008.
- LEITE, C. Descentralização das políticas sociais no Brasil: o lugar dos estados no processo de municipalização. **Revista Política Hoje**, vol. 18, n.2, 2009.
- PEIRANO, M. O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos estados Unidos. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n.32, p. 53-80, jul./dez. 2009.
- PESSOA, J. L. L. 2006. **Registro civil de nascimento: direito fundamental e pressuposto para o exercício da cidadania - Brasil, 1988-2006**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito de Campos.
- SCOTT, P. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.L.M. e MENEZES, M.(ORG). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010, p. 17-35.
- SILVA, Vanda. **Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência**. *Cad. CEDES* [online]. 2002, vol.22, n.57, pp. 97-115. ISSN 0101-3262.
- VIEIRA, R.S. Tem jovem no campo! Tem jovem homem tem jovem mulher. In: WOORTMANN, E.F.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. (Org.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA, IICA, 2006. p. 195-213.
- WANDERLEY, M.N.A. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, n.15, p.87-145, out. 2000.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.